

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO IFS – CAMPUS LAGARTO¹

Ana Paula Leite Nascimento²

RESUMO: Este trabalho realizou uma análise da relação educação, qualificação profissional e trabalho, nas regiões Sul e Centro-Sul do Estado de Sergipe, mais notadamente no contexto do IFS – Campus Lagarto, tomando como referência a implementação do PROEJA. Para tanto, partiu-se de uma breve contextualização da educação e do trabalho no Brasil; e realizou-se uma abordagem sobre os determinantes do desemprego no contexto brasileiro contemporâneo. Os procedimentos técnicos e metodológicos se pautaram na pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados; visitas institucionais; entrevistas semi-estruturadas com os estudantes, dirigentes e profissionais diretamente vinculados à política de educação e do trabalho; categorização dos dados; e análise dos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Qualificação Profissional, Trabalho.

ABSTRACT: This study was an analysis of the education, professional training and work, in the south and central-southern state of Sergipe, most notably in the context of IFS - Campus Lizard, with reference to the implementation of PROEJA. To this end, broke a brief background of education and work in Brazil; and held a discussion on the determinants of unemployment in the Brazilian contemporary. The technical and methodological procedures were guided in the research literature and documents, data collection, institutional visits, semi-structured interviews with students, managers and professionals directly related to education policy and labor; categorization of data, and analysis of results.

KEYWORDS: Education, Vocational, Work.

¹ Artigo elaborado com base nos resultados da pesquisa “**EDUCAÇÃO E TRABALHO: Uma análise da educação profissional nas regiões Sul e Centro-Sul do Estado de Sergipe a partir da implementação do PROEJA no IFS – Campus Lagarto**”, desenvolvida como produto final da Especialização *Lato Sensu* em Escola e Comunidade, sob a orientação de Ana Teixeira, Doutora em Educação, Professora do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, anabrteixeira@hotmail.com e Veleida Anahí da Silva, Prof^a. Adjunta Doutora – DED/NPGED/UFS, vcharlot@terra.com.br.

² Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, lotada no Campus Lagarto. Pós-graduanda em Escola e Comunidade pela Universidade Federal de Sergipe, paulajcbrasil@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado pretendeu fazer uma análise da relação entre educação, qualificação profissional e trabalho, tomando como referência os cursos do PROEJAⁱ do IFSⁱⁱ, especificamente no Campus Lagarto, no âmbito do PIBIC/IFS/CNPq. Para tanto, foram ponderadas as necessidades educacionais da comunidade das regiões Sulⁱⁱⁱ e Centro-Sul^{iv} do Estado de Sergipe, bem como as demandas sinalizadas pelo mercado de trabalho, vez que as mesmas acabam determinando o perfil profissional, exigindo ao trabalhador uma dada qualificação.

O estudo partiu da preocupação com o elevado índice da exclusão educacional e do desemprego, visto que o cenário brasileiro se caracteriza no âmbito do mundo do trabalho como uma “desordem do trabalho” (MATTOSO, 1995), o que implica na necessidade de formulação e execução de políticas públicas que possam alterar essa realidade.

Para alcançar o objetivo do trabalho, partiu-se de uma breve contextualização da educação e do trabalho no Brasil, destacando as dimensões relacionadas ao PROEJA. Em seguida, realizou-se uma abordagem sobre os determinantes do desemprego no contexto brasileiro contemporâneo, por entender-se que o objeto em exame deve ser compreendido sob estes condicionantes.

Os procedimentos técnicos e metodológicos se pautaram inicialmente na pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados estatísticos sobre inclusão educacional, emprego, desemprego e qualificação profissional junto aos órgãos e *sites*; visitas institucionais; entrevistas semi-estruturadas com os estudantes, dirigentes e profissionais diretamente vinculados à política de educação e do trabalho; categorização dos dados; e análise dos resultados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. 1 - Breve contextualização da educação e do trabalho no Brasil

Em se tratando dos dados de escolaridade no Brasil, verificou-se em 2003 que cerca de 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de estudo, isto é, haviam concluído o ensino médio. O percentual de tal contingente indicava apenas 13% da totalidade do país, evidenciando o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que, cotidianamente, enfrentam o mundo do trabalho (PNAD / IBGE, 2003 *apud* BRASIL, 2007).

Um agravante na situação brasileira diz respeito à presença forte de jovens na EJA - *Educação de Jovens e Adultos*, em grande parte devido a problemas de não-permanência e insucesso no ensino fundamental 'regular'. [...] a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhes cabe pelo desemprego estrutural (BRASIL, 2007, p.5, *grifo nosso*).

O PROEJA “revela a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio” (BRASIL, 2007, p.6). Nesse sentido, o Programa tem como finalidade a “universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas” (Idem).

O Decreto, que institui o Programa, teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto, algumas instituições da Rede já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos, de modo que, juntamente com outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o Programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos (BRASIL, 2007, p.6).

Nota-se que o declínio do número de postos de trabalho “[...] obriga redimensionar a própria formação, tornando-a mais abrangente, permitindo ao sujeito, além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho [...]” (Idem, p.8).

[...] a restrição da discussão sobre o problema do emprego à esfera do mercado de trabalho tem favorecido as ações governamentais voltadas à intermediação de mão-de-obra e à qualificação profissional. A atuação em torno da intermediação de mão-de-obra e da qualificação profissional é necessária, mas insuficiente para dar conta da dimensão atual do problema do emprego no Brasil. Os programas educacionais, por exemplo, podem estar adequados às mudanças tecnológicas e aos novos requisitos profissionais, mas se as condicionalidades macroeconômicas continuarem a restringir a geração do emprego, seus efeitos serão limitados (POCHMANN, 1998, p.229).

O Brasil caracteriza-se pela quase inexistência de políticas explícitas de emprego, visto que pelo atual predomínio das políticas neoliberais, o debate sobre o problema do emprego é centrado muito mais em torno dos problemas do mercado de trabalho do que sobre o comportamento mais geral da economia.

2. 2 - Determinantes do desemprego no contexto brasileiro contemporâneo

A história revela as profundas transformações que ocorreram nas economias capitalistas nas últimas décadas do século XX, as quais resultaram em mudanças significativas no mundo do trabalho, onde o patamar do “quase pleno emprego da força de trabalho” (POCHMANN, 1999) é substituído pela “desordem do mundo do trabalho” (MATTOSO, 1995).

Nota-se que a partir de 1990 ocorre uma elevação do desemprego, em que o agravamento do conjunto de inseguranças do mundo do trabalho nos países avançados tem sido o elemento caracterizador da crescente desordem do trabalho. Cabe lembrar que conjunturas anteriores foram marcadas pelo desemprego, no entanto, o desemprego em vigor na atualidade se configura de forma diferenciada,

sendo denominado de estrutural, trazendo em seu bojo uma série de inseguranças até então desconhecidas, dentre as quais, destacam-se:

insegurança do emprego, identificada pela redução do emprego industrial, de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários [...]; insegurança da renda, resultante [...] do distanciamento da relação salário/produção que favoreceu um movimento crescente variável, instável ou sem garantia dos rendimentos do trabalho [...]; insegurança na contratação, observada pela tendência à negociações e à regulação do trabalho através de formas mais individualistas e promocionais, em contrapartida às anteriores tendências coletivas e de proteção [...]; insegurança na representação do trabalho, medida por meio da acentuada redução dos níveis de sindicalização ocorrida na década de 80 e representando o deslocamento da participação das organizações de trabalhadores nos eventos sociais, além do enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociação [...] (MATTOSO, 1998, p.62-63).

Percebe-se que o início dos anos 1990 é marcado por uma mudança no cenário financeiro internacional, acompanhado da diminuição das taxas de juros e do aumento da liquidez. O Brasil retorna o acesso ao mercado financeiro internacional, o que viabilizou a entrada de recursos financeiros possibilitando uma mudança radical na política comercial do país, que tem na rápida reversão das tendências da balança comercial um resultado imediato. Constatase que o dinamismo técnico-organizacional das principais empresas não tem se mostrado suficiente para recolocar a economia brasileira numa trajetória de crescimento sustentado. Desde 1980, tem alternado períodos de queda e recuperação da produção industrial, lembrando que seu nível atual é semelhante ao do final da década de 1970. Assim, a estagnação da economia, em conjunto com o tipo de reordenamento da produção industrial, enquadra-se como os principais determinantes da ausência de crescimento do emprego assalariado formal na primeira metade dos anos 1990 (BALTAR; DEDECCA; HENRIQUE, 1999).

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A partir de categorias definidas durante o estudo, analisamos os dados coletados. Os resultados foram organizados através da elaboração de tabelas, cuja sistematização ocorreu ao longo da pesquisa, como veremos a seguir.

3.1 – A realidade do PROEJA no contexto do IFS – Campus Lagarto

Na entrevista realizada com a Gerência^v de Ensino do IFS – Campus Lagarto, soubemos que em 2005, o Governo Federal através do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, institui no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. A partir disso, “surgiu a necessidade de ofertarmos cursos na modalidade PROEJA” (Gerência de Ensino). Registrou-se que a primeira turma teve início em 2006/2.

A respeito da escolha dos cursos do PROEJA ministrados no IFS – Campus Lagarto, tivemos conhecimento que em virtude da impossibilidade de contratação de professores de novas áreas profissionais para implantação do curso e de recursos financeiros para montarmos novos laboratórios, optou-se em iniciar o PROEJA nas áreas dos cursos já existentes na Instituição “optou-se então em ofertar o Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA em 2006/2” (Gerência de Ensino). No ano seguinte “optou-se em não mais ofertá-lo devido à complexidade do curso e o alto número de evasões, passando em 2007/2 a ofertar o curso de Instalações Elétricas” (Gerência de Ensino), desta vez implantando um curso de nivelamento de seis meses antes de iniciar o curso propriamente dito, com o objetivo de reforçar os conhecimentos de matemática, português e desenho.

Uma vez que o governo não liberou vagas para contratação de professores, nem recursos para aquisição de materiais permanentes

para montagem de novos laboratórios em áreas distintas daquelas que a instituição já possuía, a escolha de tais cursos se devem a tais fatores: a) o fato de já possuir cursos na área de Indústria na Instituição, e desta forma poder contar com a estrutura laboratorial já existente para o referido curso; b) os cursos escolhidos encontravam-se na área (indústria) que possuía maior número de professores, com carga horária disponível para atender aos cursos já existentes e também aos novos cursos; c) os cursos encontravam-se na área que mais absorvia técnicos em nossa Instituição, apontando para uma expectativa de demanda de mercado favorável para absorver tais técnicos (Gerência de Ensino).

Em 2009/1 a Instituição passou a oferecer o Curso Técnico de Desenho de Construção Civil na modalidade EJA em função de alguns fatores, quais sejam:

a) da falta de docentes na área de indústria em virtude da necessidade de absorção dos mesmos no curso superior de tecnologia iniciado em 2007/2; b) expansão do mercado da construção civil nos últimos anos; c) o fato de já possuir o curso técnico na área de Construção Civil na Instituição com infra-estrutura laboratorial e docentes disponíveis, facilitava a implantação, pois não havia necessidade de recursos para implantar a infra-estrutura necessária e de liberação de vagas pelo MEC para contratação de professores (Gerência de Ensino).

Sobre a existência de alguma pesquisa de campo para escolha dos cursos ofertados via modalidade PROEJA, obtivemos a informação que “os projetos de cursos sempre se baseiam em estudos e pesquisa de mercado que possam justificar a oferta de tais cursos a nível nacional, regional (região Nordeste) e local (Sergipe), usando como metodologia principal a pesquisa bibliográfica” (Gerência de Ensino).

Com relação à oferta de cursos pelo PROEJA, considerando os arranjos produtivos locais, a Gerência de Ensino mencionou que “o IFS – Campus Lagarto pretende lançar algum curso na modalidade PROEJA que leve em consideração estes arranjos”.

Já pensamos em um curso, o Técnico em Agricultura na Modalidade EJA com foco na agricultura familiar, tendo por objetivo propor uma nova alternativa social e ambiental de exploração da terra e dos recursos florestais por meio de atividades agrícolas de cultivo e de criação de animais, de forma cooperada e sustentável, levando-se em conta os arranjos produtivos locais. A oferta de tal curso também

é motivada pela quantidade de assentamentos do INCRA na região e pela grande quantidade de famílias que vivem da agricultura em pequenas propriedades (agricultura familiar). Porém para iniciar um curso deste necessita-se de liberação de vagas para contratarmos professores na área, e alto investimento em equipamentos e instalações, e em aquisição de áreas apropriadas para o cultivo e criação de animais (Gerência de Ensino).

Na oportunidade, a Gerência de Ensino salientou o seguinte:

Acreditamos que no início da implantação do PROEJA ou de qualquer curso que possa estar em sintonia com os arranjos produtivos locais o governo deve investir nos seguintes aspectos: a) Capacitação de professores; b) Liberação de vagas para contratação de professores, a fim de que se possa contratar professores e oferecer cursos que possam contribuir mais diretamente nas áreas dos arranjos produtivos locais; c) Investimento para aquisição de equipamentos permanentes para montar laboratórios nas áreas dos arranjos produtivos locais, pois não temos em nossa Instituição.

No que diz respeito aos arranjos produtivos locais, notamos que mesmo identificando as potencialidades regionais, a Instituição por não contar com recursos para investir na capacitação dos professores; contratação de equipe técnica, desde os docentes aos demais técnicos necessários à operacionalização das atividades; na ampliação e melhoria da estrutura, principalmente no que se refere à aquisição de equipamentos para montagem dos laboratórios; ofertou cursos nas modalidades que a Instituição já dispunha de estrutura e equipe técnica.

Acerca da inclusão educacional via PROEJA, constatou-se no IFS – Campus Lagarto a existência de três turmas, a saber: Mecânica, Instalações Elétricas e Desenho de Construção Civil. A inserção dos estudantes nos cursos em pauta ocorreu através de sorteio nas duas primeiras turmas, sendo levada em consideração as notas escolares obtidas em momentos anteriores. A terceira turma por sua vez, teve a inserção dos estudantes via seleção (prova objetiva).

Conforme pontuado, a turma piloto foi a de Mecânica, sendo iniciada com 20 estudantes, dos quais apenas 7 formaram. Em seguida, a turma de Instalações Elétricas, totalizando 26 estudantes, ressaltando que somente 18 estão frequentando as aulas. De igual modo, ofertou-se a turma de Desenho de

Construção Civil, tendo matriculado 20 estudantes, com frequência regular em sala de aula apenas 17 estudantes.

Com a finalidade de caracterizar o perfil dos estudantes^{vi} inseridos na modalidade PROEJA, mais notadamente para verificar se aqueles que estão com frequência regular configuram o público alvo da Educação de Jovens e Adultos, realizamos entrevistas, priorizando a identificação das seguintes categorias: raça / etnia; e faixa etária.

Tabela 1 - Perfil dos estudantes do PROEJA – Raça / Etnia

RAÇA / ETNIA	HOMEM	MULHER
Branca	4	0
Negra	12	1
Parda	12	0
Amarela	0	0
Indígena	0	0
Outra / Não Informado	0	0
Total	28	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados nas entrevistas.

No caso da raça / etnia, percebemos que há um quantitativo considerável de negros cursando a modalidade PROEJA, contemplando o elencado no público alvo da EJA. Não identificamos a presença de quilombolas e indígenas.

Tabela 2 - Perfil dos estudantes do PROEJA – Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	HOMEM	MULHER
18-19	1	0
20-24	10	1
25-39	13	0
40-49	4	0
50-64	0	0
65 ou mais	0	0
Total	28	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados nas entrevistas.

Considerando a categoria faixa etária, notamos percentuais maiores entre os jovens e adultos com idade entre 25 e 39 anos, e 20 a 24 anos. Vale registrar a

presença daqueles que possuem mais de 40 anos, embora seja um quantitativo reduzido neste momento.

Constatamos ainda que no aspecto gênero, o público majoritário, no contexto do IFS – Campus Lagarto, que apresenta maior expressão é constituído por homens, totalizando 21, enquanto isso as mulheres também estão inseridas no PROEJA, mesmo que numa porcentagem menor, na ocasião desta pesquisa, somente uma.

No que diz respeito ao público alvo do EJA, verificou-se que, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

Em entrevista^{vii} com os 7 formandos da turma de Mecânica, pudemos apreender informações acerca dos motivos que os levaram a escolher o curso.

“Não foi bem uma escolha, foi o 1º curso, não precisou de exame de seleção, curso único [...], exigia apenas o fundamental” (Entrevistado 1).

“O sorteio pra mim era mais fácil, decidi arriscar, estava 19 anos sem estudar, o mercado tem carência de técnicos, [...] a seleção era mais fácil” (Entrevistado 2).

“Em 1995 quando eu conclui o ensino fundamental queria fazer elétrica, sempre gostei da área, fui motivado porque quero descobrir coisas nessa área” (Entrevistado 3).

“Já trabalho nessa área, a prova seria difícil, bom que foi sorteio” (Entrevistado 4).

“Concluir o 2º grau, interesse pela área” (Entrevistado 5).

“Não foi escolha porque só tinha esse curso, [...] a área que eu gosto” (Entrevistado 6).

“Achei vantagem porque queria fazer o ensino técnico e o médio ao mesmo tempo” (Entrevistado 7).

Com isto, percebemos que grande parte foi motivada por acreditar que o sorteio seria uma forma que poderia facilitar e possibilitar sua inserção no ensino

técnico profissionalizante. Notamos também que alguns afirmaram possuir interesse na área ofertada pelo curso.

Durante as entrevistas, os estudantes do curso de Mecânica verbalizaram as pretensões em relação ao mercado de trabalho.

“Boas pretensões, maioria das empresas pegam alunos do técnico” (Entrevistado 1).

“[...] idade um pouco avançada, mas sei que o mercado está carente de profissionais nessa área” (Entrevistado 2).

“Desemprego em alta acontece pela falta de pessoas qualificadas, tenho esperança de conseguir algo na área”, [...] boas pretensões, vou levar currículo na Petrobrás, na Vale [...]” (Entrevistado 3).

“Desemprego se acontecer, terei outras portas abertas, vou entregar currículo na Vale” (Entrevistado 4).

“Conseguir um emprego nessa área” (Entrevistado 5).

“Hoje já trabalho na área, mas posso me inserir em grandes empresas” (Entrevistado 6).

“Emprego na área e continuidade na formação” (Entrevistado 7).

Verificamos que a qualificação profissional gerou uma grande expectativa nos formandos, especialmente quando da afirmação que a Instituição tem referência no mercado, pois alguns empregadores já contrataram estudantes dos cursos técnicos. Percebemos ainda que alguns visualizam a qualificação e a certificação como um diferencial no mercado de trabalho. Um dos formandos sinaliza que o desemprego é justificado pela falta de qualificação, acreditando que a ausência ou baixa qualificação é a causa do desemprego predominante no país.

Sobre a relação educação, qualificação profissional e trabalho, utilizaremos os dados referentes à turma de Mecânica que formou em 2009. Tivemos ciência que apenas um foi inserido no mercado de trabalho em consonância com a área de formação. Dos sete estudantes que formaram, somente um trabalhava na área específica. No caso dos outros cinco estudantes, não temos informações a respeito da ocupação no mercado de trabalho ou mesmo se compõe o “exército de reserva”, vez que possuem qualificação técnica requerida, todavia o mercado não dispõe de vagas para todos os candidatos, mesmo aqueles qualificados, o que denota que qualificação profissional não pode configurar-se como garantia de empregabilidade.

A respeito da Assistência Estudantil, soubemos da existência do Auxílio

PROEJA, que é a concessão mensal de um valor de R\$ 100,00 (cem reais) para estudantes regularmente matriculados no PROEJA. Este auxílio existe há dois anos, (2008 e 2009), enquanto auxílio financeiro, dispondo de uma verba específica.

Os dados coletados foram apenas os relacionados ao Auxílio PROEJA no ano de 2009, possibilitando a identificação que embora constasse o total de 42 estudantes freqüentando regularmente às aulas, o quantitativo de beneficiários do referido auxílio varia entre 38 e 39 estudantes. Constatou-se também que alguns estudantes são beneficiários do Programa de Inclusão Social – PISOC, os quais foram contemplados com o auxílio fardamento (concessão de fardamento escolar) e com o auxílio material (concessão de material escolar e de uso técnico).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desse estudo destaca-se por trazer para a arena da discussão a temática do PROEJA, possibilitando uma releitura dessa modalidade educacional. Além disso, despertou a atitude investigativa e interventiva, em virtude do retrato da educação profissional e tecnológica no contexto institucional, especialmente no âmbito do IFS – Campus Lagarto.

Verificamos que o PROEJA tem contribuído para a inclusão educacional, visto que possibilita a inserção de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas no ensino médio técnico profissionalizante. Todavia, vale registrar que durante o estudo realizado, observamos um alto percentual de evasão escolar. O índice mais agravante relaciona-se à primeira turma iniciada em 2006 com 20 estudantes matriculados, perfazendo o total de 7 estudantes formados, em 2009.

Acerca do público da Educação de Jovens e Adultos, constatamos que grande parte do quantitativo de estudantes é formado por homens, nesta categoria de gênero, identificamos apenas uma mulher. Enquanto na categoria raça / etnia, percebemos uma margem significativa de negros inseridos na modalidade PROEJA. Com relação aos aspectos da faixa etária, notamos maior presença daqueles que possuem entre 25 e 39 anos, contudo cabe registrar o indicativo dos estudantes com mais de 40 anos de idade.

Identificamos ainda de acordo com as entrevistas realizadas, que o sorteio como forma de inserção nos dois primeiros anos dos cursos ofertados, via PROEJA, configurou-se como motivação maior para os candidatos às vagas desta modalidade.

Percebemos que a oferta dos cursos orientava-se não apenas pela demanda do mercado, seja em seu viés local ou regional, sobretudo tinha como definição a equipe técnica que a Instituição dispunha no momento da abertura do curso, bem como os laboratórios estruturados para os cursos já existentes. Isso é decorrente da inexistência de verba específica para capacitação dos professores, contratação de docentes e demais servidores, compra de materiais permanentes para os laboratórios de estudos, ampliação da estrutura da escola, dentre outros encaminhamentos necessários na e para a implementação do PROEJA, denotando as limitações do atendimento às demandas locais e regionais, de acordo com os arranjos produtivos locais identificados.

Ainda com respeito aos arranjos produtivos, evidenciamos que os cursos a serem ofertados devem considerar as potencialidades regionais, podendo traduzir a possibilidade de ampliação significativa dos índices de empregabilidade.

No caso da Assistência Estudantil, constatamos que o Auxílio PROEJA tem contribuído para o acesso e a permanência do estudante na escola. Entretanto não se mostra suficiente para atender as demandas sinalizadas por tais estudantes, dada à realidade socioeconômica dos mesmos.

Do ponto de vista da certificação, notamos que os estudantes possuem expectativas satisfatórias a partir da qualificação profissional, elencando este diferencial em seu perfil como garantidor da empregabilidade para alguns, para outros como importante diferencial no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que, embora não se concorde com o argumento da teoria do capital humano na medida em que esta defende o aumento da educação/qualificação para assegurar a inserção/manutenção no mercado de trabalho e conseqüente desenvolvimento econômico (FRIGOTTO, 1995), reconhece-se a necessidade de educação/qualificação para garantir os direitos de cidadania e inserção/manutenção no mercado de trabalho.

Sabe-se que a aquisição de novas e acrescidas qualificações é um fator decisivo diante de um mercado de trabalho altamente excludente e competitivo. Portanto, a qualificação profissional configura-se como um diferencial ao perfil do trabalhador e não como uma garantia de empregabilidade (GENTILI, 1998; SALM, 1998; DEDECCA, 1998 *apud* ARANHA, 2007).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Lúcia. **Trabalho e qualificação profissional: uma análise a partir de programas públicos de emprego desenvolvidos no município de Aracaju/SE (2003 a 2006).** Projeto PIBIC/CNPq/UFS, 2007.

BALTAR, P. E. A; DEDECCA, C. S & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B & MATTOSO, J. E. L. (Org.) **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1999.

BRASIL. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Ministério da Educação. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008.** Ministério da Educação. Brasília, 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real.** Cortez: São Paulo, 1995.

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

_____. **Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho.** São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; *et al.* **O Serviço Social e a Assistência Estudantil no IFS: uma análise do Programa de Inclusão Social no período de 2009.** Artigo aprovado para o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS. Brasília, 2010.

POCHMANN, M. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil.** São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio; *et al.* **Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2007.

ROCHA, Sheífa Nadíria. **As perspectivas de operacionalização da Assistência Estudantil nos anos 90: Análise da experiência.** Recife, 1997.

websites

<http://www.slideshare.net/macmorais/concepes-e-principios-do-proeja>

<http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=2>

www.mte.gov.br

ⁱ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007).

ⁱⁱ Em Sergipe, no ano de 1909, foi instituída a escola de Aprendizes e Artífices com o objetivo de oferecer educação profissionalizante. Historicamente, foram acontecendo mudanças em sua natureza, tendo esta se tornado Liceu Industrial de Aracaju em 1939, Escola Técnica Federal de Sergipe em 1965, Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe no ano de 2002, ampliando sua oferta para o ensino tecnológico e mais recentemente, em dezembro de 2008, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), através da Lei Nº 11.892, abrangendo desde o ensino médio, técnico profissionalizante e tecnólogo, a licenciaturas e pós-graduação (NASCIMENTO; *et al*, 2010). O IFS atualmente conta com os seguintes *campi*: campus Aracaju, antes Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE); campus Lagarto, antes Unidade de Ensino Descentralizada (UNED-SE); e o campus São Cristóvão, antes denominado Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. No processo de ampliação do Instituto, em consonância com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estão em construção três *campi* em Sergipe, a saber: Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]” (BRASIL, 2008).

ⁱⁱⁱ Os municípios da região Sul são: Salgado, Boquim, Pedrinhas, Arauá, Estância, Santa Luzia do Itanhhy, Indiaroba, Umbaúba, Itabaianinha, Tomar do Geru e Cristinápolis.

^{iv} A região Centro-Sul é composta pelos seguintes municípios: Simão Dias, Lagarto, Riachão do Dantas, Tobias Barreto e Poço Verde.

^v A entrevista foi realizada no ano de 2009 e naquele momento os dados foram coletados com o Gerente de Ensino, que permaneceu na gerência por um período aproximado de três anos, o qual possui vínculo institucional enquanto docente. Em 2010 a Gerência de Ensino (GEN) foi assumida por um outro profissional.

^{vi} No momento da caracterização do perfil, 42 estudantes estavam freqüentando regularmente às aulas, todavia apenas 29 estudantes foram localizados na Instituição.

^{vii} As entrevistas foram realizadas no ano de 2009, mais especificamente no último mês do curso.